

Círculo de produção do conhecimento:
Formação de educadores do campo

Celi Nelza Zülke Taffarel

Professora Doutora Titular da UFBA
Coordenadora do Grupo LEPEL//FACED/UFBA
Diretora da FACED/UFBA
taffarel@ufba.br

Sandra Morena Güez e Silva Nonato

Estudante de Educação Física
Grupo LEPEL//FACED/UFBA
guezmorena@yahoo.com.br

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

1 Introdução

Este trabalho localiza-se entre aqueles que buscam estudar a formação de professores em Educação Física no Brasil. Sua especificidade tem foco na formação de professores de Educação Física para a Educação do Campo, através da coleta e análise da produção do conhecimento sobre o tema.

Para tratar sobre formação de professores, admitimos que essa discussão não se dá fora das relações capitalistas de produção. Tudo o que é ensinado e apreendido nos cursos de formação de professores tem raízes na luta de classes, que se expressa fortemente nas universidades do nosso país. Estudos demonstram (TAFFAREL; HILDEBRANDT-STRAMANN, 2007) que os cursos que formam os professores de Educação Física no Brasil apresentam currículos defasados, sem base teórica definida, altamente esportivizados e que não dão conta de formar professores capazes de lidar com a realidade das escolas e dos diversos campos de atuação onde se demanda o ensino das práticas corporais. O projeto “Ginástica: Alegria na escola”, que compõe o conjunto dos trabalhos

da Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer – LEPEL/FACED/UFBA - traz um dado alarmante: a Educação Física está sumindo das escolas públicas da rede de ensino de Salvador (TAFFAREL; NONATO, 2008). No que diz respeito às escolas do campo, a situação é ainda pior, pois praticamente inexitem políticas públicas que garantam que os conhecimentos da Educação Física cheguem até estes espaços.

Para explicitar a situação da Educação Física nas escolas do campo, trazemos alguns dados sistematizados em estudos anteriores, realizados em três assentamentos do interior da Bahia: 1) as condições impostas ao jovem do campo, no que diz respeito à educação e à realização de práticas corporais, estão diretamente vinculadas ao trabalho e às práticas festivo-religiosas; 2) a ocupação do tempo livre está destinada, quando existe material, quase exclusivamente ao esporte futebol, impregnado de valores como a individualização e a sobrepujança; 3) o tempo livre não está sendo utilizado de forma autônoma e criativa para o desenvolvimento das diversas potencialidades do ser humano, mas na maior parte dos casos é preenchido pela televisão; 4) a separação das práticas esportivas por gênero é evidente – raramente há times femininos (prática quase exclusiva do futebol) e quando há sofre o processo de discriminação e exclusão, pois a realização da atividade está condicionada à disponibilidade de materiais e espaço pelo não uso dos times masculinos; 5) outras práticas como a capoeira, a dança e a natação (em comunidades ribeirinhas) estão presentes na vida de alguns assentados, porém, de forma esporádica; 6) outras práticas corporais como espetáculos de dança, de teatro, de música, etc, estão totalmente ausentes da vida destas pessoas.

Admitimos que a produção do conhecimento científico adquire força política, produtiva e ideológica, no conjunto das relações mais gerais da educação e da sociedade

A necessidade vital que nos leva a uma avaliação da produção do conhecimento é a possibilidade de este vir a mediar a atividade produtiva de forma não alienada – cujo objetivo principal deve ser a satisfação das necessidades humanas em seu sentido ontológico, já que o conhecimento, na sociedade do capital, adquire: força produtiva – quando, o conhecimento produzido, incorporado aos processos produtivos, aumenta a produtividade, o rendimento, a mais-valia, assegurando a acumulação do capital e as condições que o perpetuam; proporciona força política – quando incorporado à sociedade industrial, a modernidade e a [pretensa] pós-modernidade, por uma política de racionalidade científico-tecnológica assumida pelo Estado, determina condições de vida, processos de trabalho, de acesso a bens culturais como educação, saúde, seguridade; e força ideológica – quando se submete aos interesses da classe dominante, mediatizados pelo Estado e expressos em leis, planos, diretrizes governamentais e administrativos (SOBRAL, 1986, p.287-305 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 10).

Por isso, defendemos que a produção do conhecimento em Educação Física que trata sobre a Educação do Campo deve ser sistematizada, analisada e explicada historicamente, apontando as consequências sociais que determinadas pesquisas – ou a falta delas – podem trazer para os trabalhadores do campo, os movimentos sociais, a universidade e a formação de professores. Para tanto, precisamos ter muita clareza do que é e para quem serve a Educação do Campo.

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a educação de qualidade, socialmente referenciada, e a luta por diretrizes nacionais para a educação do campo é recente e inovadora. Extrapola a mera noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral dos mesmos. Concebida para oferecer aos povos do campo uma educação adequada ao seu modo de viver, pensar e produzir. A ela chamamos Educação do Campo. E é sobre a relação da Educação Física com a Educação do Campo que pretendemos nos debruçar, através da análise da produção científica sobre este tema, tão pouco estudado até o momento.

2 Necessidade do estudo e problema de pesquisa

A primeira justificativa que apresentamos para um estudo que trate sobre a relação da Educação Física com a Educação do Campo é a necessidade histórica de garantir que todas as áreas do conhecimento dêem sua contribuição para a luta dos povos do campo.

Se os professores formados pelas universidades brasileiras assumem de fato um compromisso com a educação, devem estar atentos às pesquisas que comprovam a verdadeira face do povo brasileiro, onde vivem, estudam e trabalham estas pessoas. Se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe Veiga (2002):

dentre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com este novo critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2% e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do País. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural (VEIGA, 2001, apud INEP, 2007).

Estes dados mostram que o Brasil é um país predominante rural. Também encontramos evidências de que a população que vive e trabalha no campo está sendo cada vez mais condenada ao abandono e à ignorância:

Do ponto de vista do capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população rural são importantes indicadores da desigualdade existente entre as zonas rural e urbana. Os dados da Pnad/2004 mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (4,0 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana (7,3 anos), ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa disparidade.

Se considerarmos que o aumento de um ano de estudo para o conjunto da população leva em torno de uma década, mantido o padrão histórico, a população rural levaria mais de 30 anos para atingir o atual nível de escolaridade da população urbana. Isso dá uma medida da brutal disparidade existente entre a população urbana e rural em termos de escolaridade. (Panorama da Educação do Campo, 2007, p. 14).

Sabemos que não adianta só mudar as palavras para mudar a realidade. No entanto, sabemos também que alguns conceitos não contribuem para que as coisas sejam entendidas como elas realmente são. A literatura recente sobre o tema mostra a emergência do conceito de *educação do campo*, que se contrapõe à visão tradicional de *educação rural*.

A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como “parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades”. O campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem. Nessa ótica, a transformação da educação no campo requer mais do que a melhoria física das escolas ou a qualificação dos professores; ela implica, necessariamente, num currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para o desenvolvimento do meio rural. (Panorama da Educação do Campo, 2007, p. 8).

A segunda justificativa para esta pesquisa é a abertura dos cursos pilotos de Licenciatura em Educação do Campo em quatro universidades brasileiras (UFBA, UFS, UnB e UFMG), que são resultado da pressão exercida pelos movimentos de lutas sociais, em consonância com o esforço nacional que integra diversos outros setores. A partir disto, surge uma questão: como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo estão preparando os professores para tratar com os conhecimentos da Educação Física?

A terceira justificativa para este estudo diz respeito a uma proposta para a Educação Física, considerando que a formação dos professores do campo, nos projetos piloto, está relacionada, fundamentalmente, com a escola do campo e com a educação do campo e dentro dela, a luta dos movimentos sociais pela educação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) não é o único, mas é o maior e mais antigo movimento camponês da história do Brasil. Suas bandeiras, lutas e conquistas tem sido exemplo para outros movimentos que, assim como o MST, assumem uma posição de classe e demandam uma educação revolucionária. O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) é um desses movimentos, que tem aprendido grandes lições junto à luta dos povos do campo, e que tem como referência a proposta de educação defendida pelo MST. O exemplo da articulação do MST com o MEEF serve para iniciar o diálogo sobre a relação entre as lutas camponesas com o campo da Educação Física.

O que pretendemos enquanto objeto de estudo é tratar sobre como a Educação Física está inserida no contexto das formulações sobre a Educação do Campo, através da análise da produção do conhecimento que trata sobre esta relação. Existe uma Educação Física pensada para formar os professores que atuarão no campo, na luta pela terra, na luta pela reforma agrária? E os professores que estão sendo formados nos cursos de Educação Física dão conta de atender as demandas dos movimentos sociais pela educação?

Pesquisas anteriores (CASAGRANDE, 2001) mostram que os professores de Educação Física que trabalham no campo tem pouco ou nenhum conhecimento específico sobre a área, e não possuem nenhuma referência científica para a organização do processo de trabalho pedagógico com os conteúdos da Educação Física. Muitas vezes, estes professores cursam o magistério e acabam assumindo a função de trabalhar com Educação Física na escola, enfrentando sérias dificuldades.

Já sobre a formação de professores de Educação Física, os estudos de Silveira, Frizzo e Silva (2009) trazem o levantamento da produção sobre movimentos sociais na Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Não foi encontrada nenhuma publicação que trate sobre a relação da Educação Física com os movimentos sociais, a escola do campo e o MST.

Esse fato, que é comum a outros cursos de Educação Física do país, aponta o afastamento da formação inicial de professores de Educação Física dos movimentos sociais, no que diz respeito à produção do conhecimento. Nesse sentido, é possível apontar que este conhecimento é negligenciado na formação de professores de Educação Física, em oposição ao fato de que esta disciplina seja obrigatória na Educação Básica, portanto, componente curricular das escolas tanto na cidade, quanto no campo. Mas por que a Educação Física para a Educação do Campo não está contemplada na formação inicial em Educação Física? Como os estudos sobre este objeto respondem a esta questão?

Entendemos que para responder a estes problemas, que estão para além dos limites desta pesquisa, serão necessários um conjunto de estudos mais avançados, que possam tratar com maior profundidade sobre o tema. Sabemos também que para isso será necessário criar uma base de dados que reúna a produção do conhecimento sobre Educação Física/Educação do Campo. É neste ponto que se insere a presente monografia de base. Apresentada a necessidade deste estudo, trazemos o problema de pesquisa que deverá ser o guia para esta etapa preliminar de estudo:

Qual o estado atual de desenvolvimento das pesquisas sobre formação de professores em Educação Física para a Educação do Campo no Brasil?

3 Objetivos

A partir da colocação da necessidade do estudo e do problema de pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos:

Gerais:

1) contribuir para a construção da teoria pedagógica da Educação Física e fazê-lo a partir da crítica à produção do conhecimento científico sobre formação de professores; 2) apontar os principais limites e desafios para a formação de professores em Educação Física para a Educação do

Campo.

Específicos:

1) realizar o levantamento da produção científica sobre a formação de professores de Educação Física para a Educação do Campo; 2) sistematizar e analisar estes dados a fim de contribuir com a pesquisa matricial do grupo LEPEL, intitulada “Problemáticas Significativas da Prática Pedagógica, Produção do Conhecimento, Formação de Professores e Políticas Públicas”. 3) identificar a teoria do conhecimento que predomina nos trabalhos que tratam sobre a relação da Educação Física/Educação do Campo.

4 Metodologia

Este estudo pretende levantar e analisar a produção do conhecimento sobre a relação da Educação Física com a Educação do Campo. Ainda será necessário definir os parâmetros para busca de produções sobre o tema e os bancos de dados a serem acessados. A princípio, propomos que sejam utilizados os bancos de dados da CAPES, NUTESSES e anais de eventos (CONBRACE), além de revistas científicas (Movimento, Pensar a Prática, Motrivivência, RBCE). Os instrumentos para realização de levantamento, sistematização e análise de dados serão construídos e convalidados a partir das contribuições acumuladas no Grupo LEPEL/FACED/UFBA e no Grupo PAIDÉIA da UNICAMP, em especial dos estudos da professora doutoranda Joelma de Oliveira Albuquerque.

Apesar das fontes de pesquisa não estarem delimitadas, já é possível apontar diferentes fases que irão compor a pesquisa.

- **1ª fase:** levantamento da produção científica (bancos de dados a serem definidos).
- **2ª fase:** catalogação, categorização e definição de critérios para análise das produções.
- **3ª fase:** definição de aporte teórico e análise dos dados.
- **4ª fase:** elaboração da monografia.

Para a análise dos dados encontrados, partimos do referencial teórico que tem balizado nossos trabalhos desde o início da graduação em Educação Física, na Universidade Federal da Bahia. O materialismo histórico dialético enquanto teoria do conhecimento permite que as raízes dos problemas sejam expostas, e que as soluções para tais problemas ultrapassem os limites da Educação Física e da própria educação, chegando então ao seu cerne: o desenvolvimento da história da humanidade

Urge, por conseguinte, aos que tratam da formação de professores, reconceptualizar o currículo de formação a partir de uma matriz científica superadora que considere com

radicalidade o ser humano e suas condições de existência, a atividade humana e seus fins. Se esta matriz é a história e o curso de formação de professores de Educação Física, com pouca tradição neste diálogo, implica a radicalização desta posição e o apontar de um projeto que está na contramão dos apolojetas do “Fim da História” (DANTAS JUNIOR; TAFFAREL, 2007, p. 403)

Portanto, na análise dos dados encontrados, optamos por utilizar o materialismo histórico dialético como método de análise. Segundo as leis da dialética, buscam-se as relações e nexos entre o lógico e o histórico. Isto significa que não vamos nos ater simplesmente a descrever e identificar tendências, mas iremos explicá-las historicamente e analisar suas conseqüências sociais.

Resumo

Palavras – chave: educação do campo – produção do conhecimento – educação física

Este trabalho localiza-se entre aqueles que buscam estudar a formação de professores em Educação Física no Brasil. Sua especificidade tem foco na formação de professores de Educação Física para a Educação do Campo, através da coleta e análise da produção do conhecimento sobre o tema.

Para tratar sobre formação de professores, admitimos que essa discussão não se dá fora das relações capitalistas de produção. Tudo o que é ensinado e apreendido nos cursos de formação de professores tem raízes na luta de classes, que se expressa fortemente nas universidades do nosso país. Estudos demonstram (TAFFAREL; HILDEBRANDT-STRAMANN, 2007) que os cursos que formam os professores de Educação Física no Brasil apresentam currículos defasados, sem base teórica definida, altamente esportivizados e que não dão conta de formar professores capazes de lidar com a realidade das escolas e dos diversos campos de atuação onde se demanda o ensino das práticas corporais. O projeto “Ginástica: Alegria na escola”, que compõe o conjunto dos trabalhos da Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer – LEPEL/FACED/UFBA - traz um dado alarmante: a Educação Física está sumindo das escolas públicas da rede de ensino de Salvador (TAFFAREL; NONATO, 2008). No que diz respeito às escolas do campo, a situação é ainda pior, pois praticamente inexistem políticas públicas que garantam que os conhecimentos da Educação Física cheguem até estes espaços. Pretendemos, a partir deste estudo, apontar perspectivas através das análise da produção do conhecimento, afim de contribuir para transformação da condições objetivas da educação, da educação do campo e da educação física no Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE, J. **A educação para além do capital: um debate a partir de pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer no nordeste brasileiro [1982-2004]**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009.

CASAGRANDE, N. **O processo de trabalho pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal**. Dissertação (mestrado em serviço social) UFPE, 2001.

DANTAS JUNIOR H.; TAFFAREL C. Z. Formação de professores de Educação Física: a história como matriz científica In TAFFAREL; HILDEBRANDT-STRAMANN: **Currículo e Educação Física: formação de professores e práticas pedagógicas nas escolas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 44 p.; tab.

SILVEIRA, P. Da S.; FRIZZO, G.; SILVA, L. O. **Desafios do trabalho pedagógico do professor de educação física em uma escola itinerante do MST**. 2009 (no prelo).

TAFFAREL C.Z.; HILDEBRANDT-STRAMANN R. **Currículo e Educação Física: formação de professores e práticas pedagógicas nas escolas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

TAFFAREL. C; NONATO; **Violência nas escolas e o ensino da Ginástica: realidade e proposições superadoras através do projeto Ginástica Alegria na Escola**. Acesso em: 20 de março de 2010.